

JOGOS TEATRAIS COMO RECURSO DE APRENDIZAGEM DA DANÇA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Autora: Danielle Christine de A. Caldas
Orientador: Professor Me. Ednildon Ramalho Fideles Júnior

Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência– FUNAD
dandajp@hotmail.com

RESUMO

Esta pesquisa, desperta para uma nova realidade e para inúmeras formas de trabalhar a dança. Ensinar a dança para corpos considerados “imperfeitos”, faz-se perceber o quanto é possível descobrir e redescobrir possibilidades de movimentos seja ele, em cadeira de rodas, com muletas, pessoas com deficiência intelectual ou apenas dançar com um simples olhar. O presente artigo objetiva demonstrar a importância da dança como contribuição do desenvolvimento integral da pessoa com deficiência, ampliando conhecimentos sobre o corpo em movimento, com suas infinitas possibilidades, benefícios emocionais, sociais e culturais. O processo metodológico se deu na oficina de reabilitação em dança da FUNAD – no Núcleo de Vivência em Artes, no qual atuo como professora de dança, foi campo de pesquisa para a disciplina dos Estágios Supervisionados III e IV do Curso de Licenciatura em Dança da UFPB - Universidade Federal da Paraíba, onde utilizando os jogos teatrais, conhecido como designação dos jogos improvisacionais, o qual foi desenvolvido pela diretora teatral norte americana Viola Spolin no ano de 1963, tendo como instrumento pedagógico a ludicidade, para facilitar a processo ensino aprendizagem da pessoa com deficiência. O conhecimento do movimento e da dança faz parte de um processo educacional que desenvolve a criatividade, respeitando as possibilidades corporais, a comunicação, integração e a sociabilização, tornando-se um percurso dinâmico de aprendizado para toda vida.

Palavras Chave: Dança; Pessoa com Deficiência; Jogos Teatrais; Ludicidade.

1. INTRODUÇÃO:

Em 1997, a Dança foi incluída nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), e ganhou reconhecimento nacional como forma de conhecimento a ser trabalhado nas escolas. Em uma perspectiva da diversidade e da multiplicidade de propostas e ações que caracterizam o universo da Dança. Conforme afirma Marques (2007, p. 15) “o estudo, a compreensão da importância da Dança, corporal e intelectualmente no desenvolvimento da criança e do jovem no ambiente escolar, vai muito além de ser praticada em festas e datas comemorativas”.

O conhecimento do movimento e da dança faz parte de um processo educacional que desenvolve a criatividade, respeitando as possibilidades corporais, a comunicação, integração

e a sociabilização; Tornando-se um percurso dinâmico de aprendizado para toda vida.

O aspecto da dança no contexto educacional é um ponto ainda pouco conquistado, mas já principia aos poucos o espaço em pesquisas de autores como Isabel Marques (2007), Márcia Strazzacappa (2001), Ida Freire (2001) entre outros, os quais buscam corroborar como se dá a prática da dança na educação formal. O que tem se revelado é que a dança permanece como um grande desafio ao ser ainda pouco compreendido em suas potencialidades educativas.

O que questionam essas autoras é o fato da dança ser vista de modo superficial dentro das unidades de ensino, o que tem por seqüela a permanência da ideia de que a dança na escola é boa somente “para relaxar”, “brincar”, para “soltar emoções”, “expressar-se espontaneamente” conforme ressalta Marques (2007, p.23) de forma que:

o único espaço destinado a ela, ainda em sua maioria, tem sido nas datas comemorativas, ocasiões festivas, shows de talentos, onde é oferecido às crianças um tempo do período escolar (geralmente Educação Física) para o ensaio de uma determinada coreografia, geralmente representativa de determinada cultura.

A dança nos espaços formais e não formais como componente lúdico, é capaz de oferecer as pessoas com deficiência, um importante instrumento pedagógico para o desenvolvimento corporal, além de contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem. Tornando-se um elemento importante para a educação do ser social, ajudando no desenvolvimento de cidadãos que sejam capazes de criar/pensar o movimento, e não só executá-lo (copiar).

A presente pesquisa traz o relato de experiência das aulas ministradas na oficina de reabilitação em Dança, da Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência – FUNAD. É também, fruto dos Estágios Supervisionados III e IV do Curso de Licenciatura em Dança da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. As atividades foram elaboradas utilizando como ferramenta pedagógica os Jogos Teatrais, conhecido como designação dos jogos improvisacionais, o qual foi desenvolvido pela diretora teatral norte americana Viola Spolin no ano de 1963. Tem como instrumento pedagógico a ludicidade, para facilitar o processo ensino aprendizagem da pessoa com deficiência.

Aprender de forma lúdica e prazerosa, orientando os alunos a conhecer seu corpo, explorar e desenvolver seus movimentos, entender o que é Dança, interagindo consigo mesmo e com outro; ocupando os diversos espaços e outras linguagens artísticas, foi um processo de crescimento e criação constante.

1.1 Potencialidades da Dança como Elemento Educativo na Escola

A dança passou a fazer parte do Regimento da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo como linguagem artística diferenciada em 1992, mas somente em 1997, a Dança foi incluída nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), e ganhou reconhecimento nacional como forma de conhecimento a ser trabalhado nas escolas.

Marques (2007, p. 18) fala da presença da dança nos Parâmetros Curriculares Nacionais, explicitando-o como “momento tão esperado por significar o reconhecimento da dança pela educação como conteúdo estruturante das áreas de conhecimento de Arte e Educação Física”.

A Dança inserida no meio escolar deve ser concebida como forma de articulação e construção de conhecimento, com seus objetivos e conteúdos específicos. Objetivos estes relacionados à formação mais integrada do(a) aluno(a), desenvolvendo o corpo e o movimento de maneira expressiva, comunicativa, criativa e inclusiva.

Nesta perspectiva, a dança, através destes documentos legais, é entendida como “manifestação artística e da cultura corporal”, “movimento expressivo” “forma de conhecimento” “percepção de liberdade e vida”, ou ainda usando mais especificamente as palavras dos Parâmetros de Arte, a dança é “forma de conhecimento que envolve a intuição, a emoção, a imaginação, a capacidade de comunicação [...] o uso da memória, da interpretação, da análise, da síntese e da avaliação crítica” (BRASIL, 1998, p.73,74).

A visão da dança proposta nas escolas refere-se a um trabalho consciente e criativo, que oriente o aluno a conhecer seu corpo, explorar e desenvolver seu movimento, interagindo com ou outro, o espaço da escola e outras linguagens artísticas e/ou conteúdos de outras áreas. Um processo de conhecimento e criação constante. Levando em conta os limites físicos dos alunos, valorizando sua movimentação particular, acolher as diferenças e trabalhar com elas nas dinâmicas das aulas, para um melhor desenvolvimento do potencial criativo e expressivo do aluno em dança.

Na dança para pessoas com deficiência o dançarino tem duas maneiras de significar a dança: uma é a relação consigo mesmo, e a outra é a relação com o público. Educar através da dança, também é potencializar uma escola inclusiva. Significa traduzir para fora o que foi produzido dentro, elaborar o movimento interno em busca do movimento externo, transformando o que é abstrato e incompleto em algo real e, momentaneamente, completo.

Conforme afirma Fideles (2009, p 12) “a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares é um amplo e significativo avanço para a

educação brasileira, pois contrasta com um passado, e por vezes presente, altamente excludente e preconceituoso.

Dessa maneira, para cada vivência da vida do ser humano, há alguma forma de dança e até mesmo para os que dizem não gostar dela, mas muitas vezes sem perceber, batem ritmicamente os pés ao som de alguma melodia. É sensato que toda pessoa é capaz de criar um tipo de dança que lhe consinta falar por meio de seus movimentos, pois a dança é linguagem corporal. É uma ferramenta inclusiva, muito significativa.

1.2 Conceito de Jogo

Vários autores se dedicaram à construção de teorias acerca da natureza dos jogos: teorias da Energia Excedente, teorias do Instinto com ênfase na imitação, e teorias Fisiológicas, defensoras da evolução do jogo na criança como recapitulação dos estágios de desenvolvimento da história humana, além de um aspecto genético do jogo, enquanto necessidade humana transmitida pelos genes.

Celso Antunes (2003), Courtney (1980), Duflo (1999) e Gilles Brougère (1998) são alguns autores, citados neste trabalho, que apresentam material sobre o estudo da origem dos jogos, suas funções e utilizações. Entretanto, existe mais de uma representação associada à palavra jogo, constituindo, inclusive, um problema semântico. Brougère (1998) em seu livro *Jogo e Educação*, destaca três entre estas possíveis representações: jogo enquanto vocábulo científico utilizado para significar atividade lúdica, podendo também ser utilizado metaforicamente (jogo político); jogo como sistema de regras (damas, futebol, jogo da velha) que preexiste, independentemente dos jogadores, além de poder ser transformado em espetáculo (partida de futebol transmitida pela TV) ou traduzido em um *software*; e jogo enquanto material (tabuleiro e conjunto de peças do xadrez), também associado ao termo brinquedo. Diante disso, o que se tornou desde meados do século XIX o jogo infantil, só é jogo por metáfora. Celso Antunes (2003), em seu livro *Jogos para o Desenvolvimento das Inteligências Múltiplas*, contribui para a compreensão do termo jogo, vejamos:

A palavra jogo provém de jocu, substantivo masculino de origem latina que significa gracejo. Em seu sentido etimológico, portanto, expressa um divertimento, brincadeira, passatempo sujeito a regras que devem ser observadas quando se joga. Significa também balanço, oscilação, astúcia, artil, manobra. (ANTUNES, 2003, p 11).

Mas, quando se fala de jogo, o caráter lúdico impera na construção de um significado para esse significante. E, segundo Duflo (1999) em seu

livro *O Jogo: de Pascal a Schiller*, esse caráter (o lúdico) foi responsável por certa desatenção ao estudo da importância dos jogos na Antiguidade, apesar de ser conhecido o valor atribuído aos jogos por parte de importantes pensadores como Platão e Aristóteles. Com relação ao estudo dos jogos no período da Antiguidade, Duflo (1999, P. 12) afirma:

Não que antes (na Antiguidade) não se tivesse jamais falado sobre ele e que não houvesse nenhuma página dedicada ao assunto. Simplesmente o jogo era posto de lado, ao lado do divertimento e assimilado, por isso, às coisas que não têm verdadeira importância e às quais não devemos dar muita atenção.

Nessa perspectiva, considerado uma espécie de descanso, o jogo sai, por muito tempo, da cena filosófica. O ato da exclusão pode referir-se ao consenso então universal de realçar as atividades relacionadas ao trabalho como superiores aos divertimentos, constituindo-se assim a oposição jogo/trabalho, expressa em textos fundadores do pensamento ocidental.

1.3 Os Jogos Teatrais

A utilização dos jogos teatrais proposta nas atividades de dança tem como referências publicações de diversos autores, entre eles os mais citados: a norte-americana Viola Spolin e os brasileiros Augusto Boal e Olga Reverbel. As justificativas em relação à escolha dos autores e suas obras residem na importância histórica, volume de produções literárias, acessibilidade de linguagem e/ou eficácia das atividades propostas para o ensino do teatro, dança, educação entre outras. Portanto, serão utilizados esses autores como referência para a compreensão dos Jogos Teatrais.

Jogos Teatrais é o termo utilizado em português para designar qualquer estrutura de jogo que possa ser utilizado no teatro seja dramático (a partir de textos de teatro), cenas, esboços ou improvisações, ou também na forma de jogos lúdicos ou brincadeiras. (KOUDELA, 2011, p.40).

O primeiro livro *Improvisation for the Theatre* (Improvisação para Teatro), foi escrito pela diretora norte americana Viola Spolin em 1963. Atualmente, apresenta-se em forma de fichário e tem como objetivo, a preparação de atores profissionais e/ou na utilização do teatro para iniciantes, ou mesmo nas atividades escolares.

E em nosso caso específico, temos a necessidade de uma maior compreensão por parte dos discentes (pessoas com deficiências), do lúdico, proporcionando aos mesmos uma maior concentração, criatividade e interesse pela

aprendizagem, logo que passa, a saber, que até nas brincadeiras poderá aprender. Para Boal (1975, p. 14), os jogos reúnem duas características essenciais da vida em sociedade: “possuem regras, como a sociedade possui leis, e liberdade criativa, sem a qual a vida se transforma em servil obediência”.

Além disso, afirma que os jogos promove a “desmecanização” do corpo e da mente alienada às tarefas do dia-a-dia. Ou seja, os jogos facilitam e obrigam a essa “desmecanização”, funcionando como diálogos sensoriais, e estes, dentro da disciplina necessária, exigem a criatividade, que constitui sua essência.

Propõe atividades para desenvolver a auto expressão do aluno, isto é, oferecer-lhe oportunidades para atuar efetivamente no mundo: opinar, criticar e sugerir, através de atividades passíveis de ser utilizadas em sala de aula, tendo em vista explorar as capacidades de relacionamento, espontaneidade, imaginação, observação e percepção. E assim, ao desenvolver suas capacidades de expressão, a criança sentir-se-á preparada para todo tipo de aprendizagem (REVERBEL, 1997).

Através do jogo, a criança dinamiza as capacidades que decorrem de sua estrutura particular e realiza os potenciais virtuais que afloram sucessivamente à superfície de seu ser. Enfatiza Reverbel (1997, p. 35) “ela os assimila e o desenvolve, une-os e complica-os, em suma, coordena seu ser e lhe dá vigor”. Neste contexto, os jogos teatrais contribuem para a formação de indivíduos capazes de interagir com as pessoas do ambiente em que vive e incentivar a sua forma crítica, criativa, sendo gerador de situações de integração, inclusão e de tolerância.

1.4 Dança e Deficiência

A dança torna-se para a pessoa com deficiência, um campo vivenciado de muitas experiências do movimento humano. Um lugar de resgate cultural e social do ser na sociedade contemporânea. Mas vale lembrar que ensinar Dança, vai muito além de reproduzir o que se vê na mídia, ou o que o professor traz de casa pronto para passar aos seus alunos. Ensinar e aprender Dança são: vivenciar, criar, expressar, brincar com o próprio corpo. É deixar-se levar pela descoberta de inimagináveis movimentos. É descobrir no corpo que mesmo com “limitações”, pode-se criar e sentir o belo. Com relação ao belo, não existe para ele uma regra, uma visão unilateral, e sim multiplicidades, diálogos e dialéticas (CAMPELO, 2003).

Alguns fatores associados à Dança como: expressão, gesto, movimento, música, o convívio, desenvolvimento da criatividade, o contato com outro, proporcionam bem-estar ao ser humano em geral. O movimento corporal pode beneficiar na saúde, no desenvolvimento emocional e inclusão social. Segundo Laban (1990):

a dança tem por objetivo “ajudar o ser humano a achar uma relação corporal com a totalidade da existência. Por isso, não se deve procurar a perfeição ou a execução de danças sensacionais, mas a possibilidade de conhecimento que a atividade criativa da dança traz ao aluno.

A Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência declara que as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, com interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Segundo Flores (2012) O Decreto 3298/89, que regulamentou a Lei 7853/89, em seu art. 3º define deficiência como “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

O art. 4.o, do mesmo Decreto, por sua vez, dispõe que as pessoas com deficiência são as que se enquadram nas seguintes categorias:

- **Deficiência física** – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
- **Deficiência auditiva** – perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;
- **Deficiência visual** – cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
- **Deficiência mental** – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de

habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

- **Deficiência múltipla** – associação de duas ou mais deficiências.

Considerando, como vimos, que a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência é norma superior e posterior a Lei 7853/89 e aos Decretos 3298/89 e 5.296/2004, não há dúvidas que é o conceito da Convenção que deve ser utilizado para identificar quem é a pessoa com deficiência para nosso ordenamento jurídico. De fato, fica claro que o conceito de deficiência do Decreto 7853/89 baseia-se na pessoa, que está fora “*do padrão considerado normal para o ser humano*”, e não a relação da pessoa com o meio em que está inserida.

Portanto, a dança para pessoas com deficiência, torna-se eficiente quando conseguimos desenvolver a consciência integral de um indivíduo, centraliza o corpo, mente e emoção, amplia os repertórios de movimento, facilita o autoconhecimento do corpo por meio da interação social, observa e analisa o movimento humano, e principalmente considera a singularidade de cada corpo, reproduz e divulga o conhecimento a partir da experiência dos discentes com deficiências.

2. METODOLOGIA

As atividades foram desenvolvidas na FUNAD – Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência, através do Núcleo de Vivência em Artes/NVA, durante 06 meses com duas turmas, no ano de 2017. Uma com 15 alunos(as) novatos(as) (sem nenhuma vivência prática em dança), e outra turma com 25 alunos(as) veteranos(as) (que já vivenciaram práticas com dança). As duas turmas com pessoas com diversas deficiências.

Cada aula/oficina durava em torno de 1 hora, duas vezes por semana. Iniciamos as aulas falando um pouco da importância e o cuidado que devemos ter com o nosso corpo, com o corpo do outro, trocando informações sobre o que é dança e das infinitas formas de dançar. Em seguida, um alongamento de 10 minutos para “acordar” o corpo para realização da atividade, com uma música instrumental no ritmo mais acelerado.

Após o alongamento, a atividade iniciava-se sempre buscando usar uma dinâmica, utilizando alguns recursos como: bambolê, tecido, elástico, fitas coloridas, jogos de memória entre outros objetos, como também recursos

audiovisuais como: TV, vídeos, som com músicas de ritmos variados, sempre usando o lúdico e os Jogos Teatrais:

- Jogos de Criação (trabalhar a criatividade, o movimento corporal),
- Jogos de Percepção e Concentração (trabalhar o toque sentidos e a memorização).

Concluíamos o momento, realizando uma roda de conversa, explorando um pouco do que eles sentiram, do que mais gostaram, e o que menos gostaram. Também estimulava para que eles dessem sugestões para as próximas atividades. Ao final de cada aula utilizava um caderno para registros das observações, fotografias e vídeos.

3. RESULTADO E ANALISE DOS DADOS

A proposta de trabalhar o movimento com pessoas com deficiência permite desenvolver a imaginação, criando novas formas de movimentação, de fusão entre os corpos, cadeiras de rodas e adaptação de materiais. Os resultados são significativos, uma troca de conhecimento/aprendizado, comprovando o quanto a arte, o lúdico é transformador na vida de qualquer ser humano.

Foi perceptível o encontro de si mesmo, na dança, o encontro da sua própria dança, da sua movimentação única, pois a dança permite que sejamos livres e donos do nosso próprio movimento. Diante de todos os processos, aulas criativas, conversas, dinâmicas, jogos teatrais, que foram utilizados para os alunos compreenderem os conteúdos e entendimento sobre dança, resultou em um produto final que foi apresentado na Mostra de Artes da FUNAD no mês de novembro/2017 com o tema “Dançando pelos Ritmos”. Abaixo podemos apreciar diversos momentos das atividades realizadas:

IMAGEM 01



Figura 1 - Atividade descobrindo com o toque.
Fonte: Arquivo Pessoal.

IMAGEM 02



Figura 2- Atividade descobrindo com o toque e trabalhando o equilíbrio.
Fonte: Arquivo Pessoal.
contato@cintedi.com.br

IMAGEM 03



Figura 3–Trabalhando movimentos livres e o toque, explorando o espaço externo.
Fonte: Arquivo Pessoal.

IMAGEM 04



Figura 4– Trabalhando movimentos livres utilizando os objetos contidos no espaço interno. Fonte: Arquivo Pessoal.

IMAGEM 05



Figura 5–Descobrimo os movimentos em espaços variados, utilizando o elástico como elo dos corpos. Fonte: Arquivo Pessoal.

IMAGEM 06



Figura 6–Descobrimo os movimentos em espaços diferenciados. Buscando equilíbrio e harmonia do movimento.
Fonte: Arquivo Pessoal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar essa experiência com toda a aprendizagem vivenciada, acredito que aprender a elaborar conhecimentos de dança, envolvendo sensibilidade, opiniões, pessoas e suas questões socioculturais, é prática que necessita tornar-se mais presente nas aulas em escolas de Educação Formal e não formal. Não poderíamos deixar de mencionar Angel Vianna (1986) “Educar pela arte é fortalecer a investigação, a experimentação e a transformação do indivíduo”.

Trabalhando com os alunos a compreensão da Arte e de outras áreas do conhecimento humano, utilizando o lúdico, desenvolveremos criativos processos e transformações de ensino aprendizagem. A Arte – Dança pode desempenhar na formação dos alunos uma ferramenta capaz de instigar a transformação do olhar, com força de interferir positivamente, tanto no plano de autoestima como no da constituição da própria

imagem, estimulando-os a buscarem oportunidades, como pessoas e como cidadãos.

O papel do professor é de fundamental importância nesse processo, sendo um facilitador, incentivador, ajudando o aluno a desenvolver seus conhecimentos, habilidades, criatividade e relações sociais.

Concluimos ressaltando, o quanto é prazeroso tanto para o profissional quanto para o(a) aluno(a) o experimento dessa experiência. Dançar é criar realidades, é circular pelas infinitas possibilidades de combinar movimentos, formas, modificando e entendendo com todos os aspectos psíquicos, emocionais e sociais. Dançar na educação, é incluir, é transformar, é desenvolver!

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Celso. **Jogos para a estimulação das Múltiplas Inteligências**. Petrópolis: VOZES, 2003.

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras Poéticas Políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

BRASIL. Lei nº 9394. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF:20 dez.1996.

CALAZANS,J.CASTILHO,J.GOMES,S. (coord.). **Dança e Educação em Movimento**. São Paulo: Cortez,2003.

KOUDELA, Ingrid Dormien. **Jogos Teatrais**. São Paulo: Ícone,1990.

FIDELES JÚNIOR, E. R. **Atendimento Educacional Especializado: Aporte na Inclusão de Pessoas com Deficiências**. Monografia (Curso de Especialização em Educação Inclusiva) – Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ, 2009.

FLORES, Renata Tibyriçá. **Conceito da Pessoa com Deficiência na Legislação Brasileira**. Disponível em: <<https://aliberdadeehazul.com/2012/11/27/o-conceito-de-pessoa-com-deficiencia-na-legislacao-brasileira/>> acesso em agosto de 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**.16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LABAN, RUDOLF. **Dança Educativa moderna**. São Paulo: Ícone, 1990.

LEONN, Lúcio. Jogos dramáticos e teatrais – conceito ação (espaço/tempo): Sugestões de atividades – via projeto de teatro aplicado.

MARQUES, I.A. **Dançando na escola**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MURCIA, Juan Antônio Moreno e colaboradores. **Aprendizagem Através do Jogo**. Tradução Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2005. P.11

REVERBEL, Olga. **Um caminho do teatro na escola**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

STRAZZACAPPA, M. **A Educação e a Fábrica de Corpos: a Dança na Escola**. Cadernos Cedes, v. 21, n.53, 2001.

SPOLIN, Viola. **Improvisação para o teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

[HTTPS://WWW.revistas.ufg.br/fef/article/view/16052/9836](https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/16052/9836)-. Dança e Inclusão no contexto escolar, Um diálogo possível. Resumo e teses. CAMPELO, Rosilene dos santos, FIGUEIREDO, Valeria M. Chaves. Acessado em 12 de março de 2018.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa trata-se de um estudo que está sendo desenvolvido por **Danielle Christine de Aragão Caldas**, brasileira solteira, professora da Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência – FUNAD, sob a orientação do **Professor Mestre Ednildon Ramalho Fideles Júnior**. O objetivo do estudo é analisar a contribuição dos jogos teatrais como recurso de aprendizagem da dança para pessoas com deficiências. **A participação do seu filho(a) nesta pesquisa é voluntária e, portanto o senhor(a) não é obrigado a permitir, ou fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores. Caso decida não permitir a participação do seu filho(a) neste estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Seu filho participará normalmente das aulas de dança e será fotografado, filmado nas atividades pedagógicas realizadas durante a pesquisa. Solicitamos autorização para apresentar os resultados deste estudo, inclusive fotos (resguardando o rosto, dados e nomes dos envolvidos) e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação, ressaltamos mais uma vez que seu nome, nome do seu filho(a), dados pessoais, serão mantidos sobre sigilo absoluto.** A pesquisadora e Orientador estarão à disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário. Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados obtidos. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

**Assinatura do Responsável
Pais ou Tutor(a) legal do aluno(a)**

**Danielle Christine de Aragão Caldas
Profa. Pesquisadora**

**Prof. Mestre Ednildon Ramalho Fideles Júnior
Orientador**

João Pessoa, 01 de agosto de 2017

Contatos: E-mail: dandajp@hotmail.com Fone: (83)8861-0538